



## CONSELHO GERAL

### ATA N.º 7/2011

#### Reunião Ordinária do Conselho Geral

\_\_\_\_\_No dia nove de dezembro de dois mil e onze, pelas dez horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, por convocatória do seu Presidente, Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, com a seguinte agenda:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. Apreciação e votação da ata da reunião de 4 de outubro de 2011 (disponível no MOODLE);\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Informação ao Conselho Geral sobre a participação do representante dos docentes e investigadores na reunião do Conselho Nacional de Educação, Professor Armindo Rodrigues, no dia 4 de junho de 2011;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. Apresentação e discussão da revisão orçamental das unidades orgânicas de acordo com a deliberação da reunião de 4 de outubro;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Parecer dos conselheiros externos sobre o Plano Estratégico de médio prazo da Universidade dos Açores nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.º 39º dos Estatutos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. Discussão e votação do Plano Estratégico de médio prazo da Universidade dos Açores;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_6. Esclarecimentos do Magnífico Reitor sobre o requerimento constante do Anexo I apresentado pelo conselheiro estudante Luís Ramos Freitas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. Esclarecimentos do Magnífico Reitor sobre o requerimento constante do Anexo II apresentado pelo conselheiro Professor Carlos Pacheco do Amaral;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Esclarecimentos do Magnífico Reitor sobre dois requerimentos constantes do Anexo III apresentados, respetivamente, pelos conselheiros Professores Mário Fortuna e Alfredo Borba;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. Informação ao Conselho sobre o estatuto remuneratório dos conselheiros externos;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_10. Informação ao Conselho sobre a participação do Presidente do Conselho Geral no Seminário “Associação de instituições de ensino superior em Portugal: políticas e práticas”, promovido pelo Conselho Nacional de Educação no dia 28 de novembro de 2011 (Anexo IV);\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_11. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Estiveram presentes os seguintes membros:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutor Carlos Fernando Mimoso Vouzela;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutor Mário Alexandre Pousão da Costa Gata;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutor Mário José Amaral Fortuna;\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Dr. Delmar António de Sousa Bizarro;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Estiveram igualmente presentes o Magnífico Reitor, o Vice-Reitor para a Área Administrativa e o Administrador da Universidade dos Açores.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Não estiveram presentes os estudantes Jorge Miguel Braga Ferreira e Luís Paulo Ramos Freitas, e os Drs. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa e Mário António da Mota Mesquita, tendo qualquer um deles justificado a sua ausência antecipadamente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. Não havendo propostas de alteração, a ata da reunião de quatro de outubro de dois mil e onze foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Sobre a participação do representante dos docentes e investigadores da Universidade dos Açores na reunião do Conselho Nacional de Educação, que decorreu no passado dia 4 de junho, foi solicitada a presença do doutor Armindo Rodrigues, para fazer uma breve síntese dos aspetos essenciais discutidos na reunião. Segundo informou, a reunião teve por base uma auscultação, sem debate, dos aspetos positivos dos Conselhos Gerais e do seu papel ativo na política do ensino superior. Estes aspetos incidiram sobretudo na utilidade deste órgão nas instituições e o ter permitido abrir as instituições à sociedade, nos efeitos positivos que teve na execução dos documentos elaborados pela Reitoria, na contribuição dos membros externos e na sua relação profícua com os membros internos, tendo sido salientada a importância de organizar os Conselhos Gerais em comissões de especialidade (com relatórios trimestrais, por exemplo), não se justificando proceder a alterações na legislação, a nível do desempenho do Conselho Geral.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. Antes de se proceder à discussão da revisão orçamental das unidades orgânicas, de acordo com a deliberação da reunião de 4 de outubro, o Magnífico Reitor informou que, tendo em conta o corte verificado para o próximo ano, os orçamentos foram enviados às várias unidades orgânicas, para procederem às respetivas alterações, tendo-se verificado uma grande adaptação por parte de algumas unidades orgânicas que conseguiram equilibrar os seus orçamentos, à exceção dos departamentos de Línguas e Literaturas Modernas, Matemática e Oceanografia e Pescas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O senhor Administrador informou que, no caso do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, se verificou um esforço significativo na adaptação, tendo aquele departamento apresentado como proposta de redução a alteração de dois docentes auxiliares convidados que passam para leitores, a redução de um leitor e de um docente contratado, bem como a integração dos saldos dos centros de custos na própria unidade orgânica, de modo a poder apresentar um saldo equilibrado em dois mil e treze. No caso do Departamento de Matemática, quando se procederam aos acertos, o departamento chamou a atenção para o facto de ficar numa posição muito desfavorável, devido à sua situação de prestador de serviços, tendo proposto que fosse feita uma revisão da metodologia, no que respeita aos serviços prestados, caso contrário teriam



dificuldade em equilibrar o seu orçamento. Finalmente no que respeita ao Departamento de Oceanografia e Pescas, apesar dos esforços levados a cabo para equilibrar o respetivo orçamento, designadamente através da assunção da gestão de todas as propinas e do aluguer de instalações a outras instituições, tal não foi suficiente, pelo que deverá ser alcançado através da redução de pessoal contratado por projetos, bem como através da redução de outras despesas de centros de custo diversos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aberto um período de debate, seguiram-se as seguintes intervenções: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Doutor Mário Fortuna: Considera que, no contexto em que vivemos, a atitude do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas é perfeitamente normal, pois reconheceram os seus problemas e adotaram uma posição, para poderem equilibrar o seu orçamento. Em relação ao Departamento de Matemática, salienta que o departamento deve resolver a sua própria situação, tal como o fizeram os outros dois departamentos que apresentaram défice, tendo sugerido a utilização de uma regra alternativa, mais equilibrada, que consiste em utilizar a base de dados dos Serviços Académicos, para ajudar no cálculo das horas atribuídas a cada docente e que são prestadas a outras unidades orgânicas, acabando com as dúvidas nas imputações que estão a ser feitas. Apresenta como solução para aquele departamento distribuir os custos apenas pelos departamentos onde presta os serviços. Quanto ao Departamento de Geociências, não concorda com a imputação de 75%, pois deve existir uma regra para o efeito, e não percebe por que motivo aquele departamento transfere os funcionários para a Fundação Gaspar Frutuoso, quando deveria transferir o dinheiro que está na Fundação para a Universidade. Acrescenta que os saldos dos centros de custos devem ser mobilizados, para se poder equilibrar o orçamento. No que diz respeito ao Departamento de Oceanografia e Pescas, concorda com a proposta de redução de pessoal CCA, como forma de reduzir parte da despesa. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Doutor Mário Gata: Esclarece que não foi só o Departamento de Línguas e Literaturas Modernas que prescindiu da contratação de pessoal docente, pois o Departamento de Matemática também já rescindiu contratos com pessoal docente. Em relação à contabilização das horas prestadas a outros departamentos, apresenta um mapa feito pelo Departamento de Matemática, com indicação do serviço prestado e do critério de ECTS, explicando que, se parte dos ECTS dos diversos cursos, relativos às prestações de serviço, fossem afetos ao Departamento de Matemática, conseguiriam equilibrar o seu orçamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Doutor Tomaz Dentinho: Não concorda que 75% das propinas passe a fazer parte da Universidade, pois este dinheiro deve ser gerido pelas unidades orgânicas, ao que o Administrador esclarece que esta percentagem deve entrar para as unidades orgânicas e o restante para os centros de custos. Embora considerando que talvez não seja a proposta mais indicada, sugere que o défice dos três departamentos entre nas contas dos Serviços Centrais, que ao longo do ano têm obrigação de colmatar estas situações. Em relação a aberturas de concurso, o ajustamento deve ser feito também a nível do pessoal administrativo. Em termos de gestão, informa que também já dispensaram muita gente, por dificuldades financeiras, pelo que também considera normal o exercício feito pelo Departamento de Línguas e Literaturas Modernas. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_Doutora Gilberta Rocha: Em termos gerais concorda com a posição do doutor Mário Fortuna, mas considera que existem situações de enorme injustiça, não só com os critérios por ele levantados, mas com outros critérios, como por exemplo, aspetos mais amplos do que essa visão de compra e vende de disciplinas entre unidades orgânicas, pois não se trata de um mero exercício dos Serviços Académicos. Em relação aos departamentos que apresentam défice, considera que o Departamento de Matemática é o único que tem um problema por resolver, não devendo ser aplicado um critério excecional. Quanto à proposta de se distribuir o défice pelos outros departamentos, não percebe como tal poderá acontecer, afirmando que o problema deve ser resolvido a nível do próprio departamento. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutor Carlos Amaral: Acompanha as preocupações manifestadas pelos outros conselheiros, com exceção do critério de eficácia, pois torna-se urgente visitar a metodologia de verbas por serviços prestados entre unidades orgânicas. Em particular, há uma questão que se arrasta há mais de um ano que é a revisitação do contributo da investigação para o financiamento da universidade. Apesar de lamentar o número escasso de vagas abertas para professores associados, louva, no entanto, o Magnífico Reitor por ter procedido com a abertura de vagas para professor associado. Em relação ao que foi feito pelo Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, apesar de ter sérias dúvidas quanto à atitude adotada, entende que é da responsabilidade do próprio departamento, não concordando que esta regra sirva de exemplo para ser aplicada em outras unidades orgânicas. A haver redistribuição de défice, esta redistribuição deve ser feita em todas as unidades orgânicas sem exceção, pois circunstâncias semelhantes devem ter o mesmo tratamento. No entanto, considera de todo improcedente o princípio de redistribuição, porque os serviços prestados às outras unidades orgânicas já são pagos. Para finalizar acrescenta que não concorda que sejam adotados três critérios diferentes para resolver a situação dos três departamentos com défice. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutor Alfredo Borba: Concorda que tem que se encontrar uma solução para o Departamento de Matemática, caso contrário nunca conseguirão equilibrar as contas. Em relação aos orçamentos, concorda que foi feito um enorme esforço, mas está a faltar indicações sobre a sua execução. Deveria haver um acompanhamento mensal das unidades orgânicas, para evitar os desequilíbrios verificados. Quanto à abertura de concursos, acha louvável a abertura de concursos, mas há que ter em conta o número de vagas a abrir, devendo existir uma regra que permita equilibrar a pirâmide. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Dr. Roberto Amaral: Em termos gerais, nota uma evolução feita na execução do orçamento, no rigor de atingir um equilíbrio orçamental. No que diz respeito aos três departamentos com défice, os problemas podem ser resolvidos internamente, à exceção do Departamento de Matemática, que tem de encontrar um critério mais adequado à realidade do departamento, não podendo ser aplicado a este orçamento o critério sugerido pelo doutor Mário Fortuna. A única solução que vê para este orçamento é aumentar a receita, repartindo proporcionalmente o défice pelos outros departamentos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No seguimento das intervenções anteriores, o Vice-Reitor chamou a atenção para a necessidade de se resolver a situação do Departamento de Matemática, propondo a distribuição do défice pelas unidades orgânicas. Em relação aos outros dois



departamentos, e considerando que o problema do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas se resolve internamente, afirma que terá de haver apenas um reajustamento a nível do Departamento de Oceanografia e Pescas, pois é necessário haver um orçamento, tendo sugerido uma redução de 50% da parte da despesa por parte do pessoal CCA. Por fim sugere que sejam apresentadas propostas alternativas.

Perante a situação do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, o Presidente do Conselho Geral mostrou o seu pesar, por ver aquele departamento a prontificar-se a dispensar dois docentes, por necessidade de equilibrar o seu próprio orçamento. Segundo afirmou, esta situação devia ser vista no âmbito de uma política global, uma vez que estas situações também se poderão aplicar, provavelmente, em outros departamentos.

Como alternativa para a solução do Departamento de Matemática, os doutores Mário Fortuna e Mário Gata apresentaram uma proposta conjunta, baseada na folha dos ECTS, que consiste em fazer um cálculo dos ECTS totais do curso, com base no número total de alunos do curso e no número de créditos que estão à responsabilidade do Departamento de Matemática, indo buscar o restante às outras unidades orgânicas onde aquele departamento presta serviço. O doutor Mário Fortuna esclareceu que o objetivo desta proposta é gerar receita para o Departamento de Matemática, através da prestação de serviços, uma vez que não se pode diminuir a despesa. Para o efeito, apresentou as seguintes propostas: i) utilizar o quadro produzido pelo Departamento de Matemática, como forma de arranjar ponderadores, para ver quanto caberia a cada departamento onde prestam serviço; ii) a ser aceite a primeira proposta, pedir às unidades orgânicas para indicarem onde querem fazer a correção e esperar que forneçam os dados ou, em alternativa, o Conselho Geral propor as alterações para poderem aprovar o orçamento, indicando as rubricas de onde devem retirar a contribuição; iii) pedir à Reitoria que estabeleça uma regra para resolver situações semelhantes no futuro. Apesar de ter a perceção de que o Departamento de Matemática foi injustiçado na regra criada pelo Conselho Geral, considera, no entanto, que aquele departamento tem de ser responsabilizado, não dispensando uma análise mais profunda do que faz e do que produz, tendo proposto à Reitoria que solicite ao Departamento de Matemática um esclarecimento do que tem feito e como tem feito para gerir o seu orçamento.

Segundo o doutor Tomaz Dentinho a regra que é proposta não pode ser depois aplicada, mesmo havendo redistribuição, tendo acrescentado que o Departamento de Matemática também deveria contribuir para cobrir o défice, tal como se faz com os outros departamentos.

Na opinião do doutor Carlos Amaral, o que se está a propor é exigir um esforço adicional aos restantes departamentos e retirar ao Departamento de Matemática a possibilidade de resolver a sua própria situação, não achando justo estar a cobrar duplamente a um departamento que já está a pagar pela prestação do serviço. Reiterando a crítica relativamente à atitude adotada perante o défice dos Departamentos de Línguas e Literaturas Modernas, de Matemática e de Oceanografia e Pescas, o doutor Carlos Amaral sublinhou que para um mesmo problema, défice orçamental de um



Departamento, estavam a ser adotadas três soluções distintas, uma das quais forjada em plena reunião, sem que fosse possível testá-la, apresentar alternativas ou universalizá-la, aplicando-a aos demais Departamentos. Para o Departamento de Línguas e Literaturas Modernas a solução passaria pela descontinuação do contrato de alguns docentes e pela despromoção de outros. Quanto ao Departamento de Oceanografia e Pescas, o Conselho iria devolver a proposta de orçamento ao Departamento, para ser equilibrada via CCA's. Para o Departamento de Matemática, alterar-se-iam as regras de financiamento dos serviços por ele prestado aos demais Departamentos da Universidade dos Açores. Acresce que as novas regras seriam aplicáveis apenas ao Departamento de Matemática – e até mesmo o Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, igualmente em déficit, delas não poderia usufruir, apesar de também prestar serviços a vários departamentos e de receber, igualmente, serviços de outros. E os Departamentos que prestam serviços ao Departamento de Matemática veriam esses serviços ser contabilizados, não pelas novas regras, mais favoráveis, agora propostas para esta unidade orgânica, mas pela regulamentação anterior. Para além disso, o doutor Carlos Amaral sublinhou ainda o caráter francamente penalizador da atitude adotada para o Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, não só em termos pessoais (quer para os docentes que são dispensados, quer para os que são despromovidos, e que veem as suas carreiras postas em causa após, nalguns casos, décadas de serviço dedicado e competente), mas também em termos institucionais, das respetivas áreas científicas, que ficam, nalguns casos particularmente fragilizadas. Em particular, referiu ainda que com esta proposta a Universidade se estava a auto-mutilar, e logo numa das suas áreas mais nobres: a Literatura e Cultura Portuguesas. Por outro lado, continuou, a atitude adotada para o Departamento de Matemática até podia ter justificação. Tal, no entanto, dificilmente poderia ser aferido com um mínimo de rigor em plena reunião. E, sendo esse o caso, teria necessariamente que ser aplicada, de forma universal, a todos os departamentos, começando por aqueles Departamentos que prestam serviços ao Departamento de Matemática. Uma das exigências mais elementares da Justiça, pelo menos tal como a concebemos no Ocidente, referiu, prende-se com o imperativo de tratamento igual de circunstâncias iguais. Senda a lei, num Estado de direito, geral e abstrata não pode variar segundo conveniências conjunturais. Se a solução adotada para o Departamento de Matemática tem sustentação, ela tem forçosamente que ser adotada para os demais Departamentos, desde logo e de imediato para os outros dois Departamentos que apresentam também déficit: Línguas e Literaturas Modernas e Oceanografia e Pescas. Um e outro também prestam serviços a outras unidades orgânicas. E um deles, o Departamento de Línguas e Literaturas Modernas presta muitos serviços, nomeadamente ao Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais – dele recebendo igualmente uma carteira de serviços significativa. Acresce, continuou, que as regras para contabilização dos serviços prestados por uns Departamentos a outros não foram impostas do exterior, mas adotadas oportunamente pelo Conselho Geral. Por esta razão, apenas deveriam ser alteradas no momento em que a matéria em apreço for, de novo, objeto de análise – e para toda a instituição. Nestes termos, concluiu, a atitude adotada é injusta e não serve os interesses da Universidade dos Açores. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_ Antes de se proceder à votação, o Vice-Reitor explicou que o facto de a Reitoria e a Administração utilizarem uma nova regra para ser aplicada no próximo ano, não quer dizer que não possam aceitar sugestões de alteração. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De seguida, procedeu-se à votação de três propostas distintas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A primeira proposta, em relação ao Departamento de Matemática, formulada em termos de imputação por departamentos, foi aprovada com sete votos a favor, dois votos contra e duas abstenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O doutor Carlos Amaral apresentou uma declaração de voto, dizendo que votou contra por se estar a adotar critérios distintos para propostas semelhantes. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O doutor Tomaz Dentinho apresentou uma declaração de voto, dizendo que se absteve porque na resolução do problema orçamental do Departamento de Matemática não é exigido qualquer esforço ao próprio departamento. A declaração de voto foi subscrita pelo doutor Carlos Vouzela. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A segunda proposta, em relação ao Departamento de Línguas e Literaturas Modernas e aos critérios de utilização de saldos, foi aprovada com oito votos a favor, um voto contra e duas abstenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O doutor Carlos Amaral apresentou uma declaração de voto, de idêntico teor à anterior declaração. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A terceira proposta, em relação ao Departamento de Oceanografia e Pescas, em termos de redução de pessoal CCA, foi aprovada com oito votos a favor, um voto contra e duas abstenções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O doutor Carlos Amaral apresentou uma declaração de voto, de idêntico teor às anteriores declarações. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os trabalhos foram interrompidos para almoço às treze horas e vinte e cinco minutos, tendo sido retomados pelas catorze horas e quarenta minutos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. O Presidente do Conselho Geral deu conhecimento aos conselheiros do Parecer emitido pelos conselheiros externos sobre o Plano Estratégico de médio prazo da Universidade dos Açores, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 39º dos Estatutos, tendo feito referência aos aspetos mais salientes do Parecer, o qual fica apenso à presente ata. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 5. Antes de se proceder à análise e discussão do Plano Estratégico de médio prazo da Universidade dos Açores, o Magnífico Reitor fez uma breve síntese do Plano, explicando que o mesmo foi estruturado em quatro pontos fundamentais. O primeiro ponto debruça-se sobre as realidades atuais, nomeadamente no que diz respeito à oferta formativa, ao corpo discente e docente, à investigação e desenvolvimento, à relação da Universidade com a sociedade e, por fim, ao financiamento. No segundo ponto, é feita uma análise *SWOT*, onde são destacados os pontos fortes, as áreas de melhoria, as oportunidades e as ameaças. No terceiro ponto, são definidas/delineadas linhas de orientação no que respeita à organização e estrutura interna, ao ensino, à investigação e desenvolvimento, à prestação de serviços, inovação e envolvimento com a sociedade, à internacionalização e posicionamento global e ao financiamento. No quarto ponto, são apresentadas as várias propostas de projetos de atuação, a saber: Estrutura Organizacional, Escola de Graduação, Estrutura de Formação Contínua, Unidade de



Transferência de Conhecimento e de Tecnologia, Unidade de Estudos Virtuais, Gabinete de Apoio a Projetos de ID, Estrutura de Promoção da Empregabilidade, Reforço do Ensino Politécnico, Programa de Clusterização das Atividades de ID, Programa de Certificação da Qualidade, Programa de Angariação de Fundos, Programa de Relacionamento com os EUA e Canadá, Programa de Relacionamento com Países de Língua Portuguesa, Programa de Relacionamento com Regiões Ultraperiféricas e, por último, Programa de Comunicação e Imagem. Este Plano termina com uma síntese e com os indicadores de acompanhamento.

Aberto um período de intervenções, os conselheiros defenderam as seguintes posições:

Doutor Tomaz Dentinho: Apesar de o documento estar bem estruturado, apresenta alguns erros que podem ser corrigidos e não deve ser considerado como um documento final, propondo que o mesmo seja aprovado em futura reunião. Em relação aos erros apresentados, considera que o Plano deveria reconhecer o que já está a ser feito, pois muito do que é proposto já existe e está em funcionamento, e que deveria ter havido maior envolvimento por parte das unidades orgânicas. Em termos de análise, deveria ter sido feita uma análise mais dinâmica, não fazendo sentido comparar a Universidade dos Açores com outras Universidades, por se tratar de uma universidade pequena, periférica e arquipelágica. Na análise por departamentos, aponta para uma falha em relação aos cursos interdepartamentais. Quanto às medidas propostas, considera que o *e-learning* é uma ilusão e que o GAIDET é um serviço que falhou, pois só os departamentos é que fazem este trabalho. Por fim, acrescenta que no Plano Estratégico não se faz referência à questão financeira.

Doutor Carlos Amaral: O Plano Estratégico apresenta erros que são facilmente corrigidos, como, por exemplo, não identificando todos os cursos ministrados na Universidade dos Açores, bem como os centros existentes e a relação interdepartamental. Acresce que, para além de não mencionar o contributo da Universidade para o seu financiamento, também não faz referência à revisão e racionalização da oferta do primeiro ciclo, e, em termos de investigação, ao facto de vários docentes da Universidade estarem integrados em centros de investigação do exterior. Em relação às medidas propostas, não lhe parece que a Escola de Graduação seja uma ameaça para as restantes unidades orgânicas. Vê a dinamização do GAIDET com enorme agrado, pois há muito que reclama por uma estrutura de apoio para a investigação, mas, para além do GAIDET, também aponta para a necessidade de técnicos qualificados no GRI (Gabinete de Relações Internacionais), lamentando que a Universidade não renove o contrato de uma técnica superior daquele Gabinete, com quem teve a oportunidade de trabalhar diretamente aquando da realização do Programa Intensivo, que teve lugar no passado mês de abril, e cujas funções eram desempenhadas com extremo rigor e competência. Sobre o financiamento, considera que o Plano Estratégico deve ser implementado não pela Reitoria, mas sim pela instituição no seu todo. Para finalizar, acrescenta que este plano, comparado com o Plano Anual aprovado anteriormente, a ser aprovado, servirá de bitola para a Reitoria ser avaliada, pois dá a





possibilidade de se poder emitir juízos e proceder à avaliação de desempenho pelo cumprimento ou incumprimento. Não sendo aprovado, pede ao Magnífico Reitor a garantia de que irão proceder às alterações necessárias.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutor Alfredo Borba: Devemos nos congratular pelo documento apresentado, apesar de se tratar de um documento longo, com algumas lacunas de fácil correção, tendo dado como exemplo a falta de indicação de cursos, a não referência a centros de investigação integrados nas unidades orgânicas e aos cursos interdepartamentais. No que respeita aos projetos, considera que alguns projetos são ótimos, como, por exemplo, comunicação e imagem, recorrer a fundos para a Universidade, a internacionalização, etc., não vendo grande utilidade na Escola de Graduação. Quanto ao programa de ação, falta uma referência mais especificada em relação ao apoio aos alunos e à Fundação Gaspar Frutuoso, não mencionando o problema atual da crise em que vamos entrar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doutor Mário Fortuna: Em relação ao enquadramento do documento, salienta que o documento não aborda a questão da situação económica em que nos encontramos nem a sua resolução, considerando que, em termos de execução orçamental, há informação extemporânea. Refere igualmente o facto de haver falhas na lista dos cursos, na relação interdepartamental que não é mencionada, tendo sido dado pouco relevo à investigação científica e à produtividade do pessoal docente. Em relação aos alunos, aponta para o facto de não estar clara/explicita a repartição dos alunos por unidades orgânicas. Quanto à projeção para novas iniciativas, reconhece método na organização da Universidade, estando, no entanto, a faltar um diagnóstico profundo do que não funciona. Considera que a Escola de Graduação deveria funcionar como catalisador e não como gestor dos cursos e que deveria haver uma Pró-reitoria para coordenar a Formação Contínua, que já está a ser feita nas unidades orgânicas. Concorda com a Unidade de Transferência de Conhecimento e de Tecnologia, mas, no caso dos Estudos Virtuais, deveria existir um laboratório de *e-learning* que ficaria associado aos Serviços de Informática. Quanto ao GAIDET, este Gabinete deve funcionar apenas como serviço de apoio, autónomo ou integrado em outros serviços, não podendo substituir o que é feito nas unidades orgânicas. Para o caso da empregabilidade, considera que o que está em causa é um programa informático, que pode ser integrado nos Serviços Académicos, uma vez que se trata de mais um serviço que se presta aos estudantes. Tendo em conta que atualmente a Fundação Gaspar Frutuoso só está a contribuir para a desorçamentação da Universidade, a angariação de fundos deveria ficar associada àquela Fundação. No que diz respeito à internacionalização, considera tratar-se igualmente de tarefa de uma Pró-Reitoria. No entanto, afirma que, para se internacionalizar a Universidade, há que criar condições para a oferta de ensino (aulas/cursos em inglês), o mesmo se aplicando para a utilização do *moodle* e para o *e-learning*. Acrescenta ainda que, em algumas propostas, está a faltar a indicação de quem as irá executar. Por fim, lamenta não ver incluída neste Plano uma estratégia para que os preparatórios passem para licenciaturas.

\_\_\_\_\_Doutor Carlos Vouzela: A elaboração do documento é de louvar pelos aspetos positivos que já foram referenciados anteriormente, apresentando, no entanto, algumas falhas, também mencionadas anteriormente. Lamenta apenas que a Universidade, em



vez de ser fornecedora de serviços, tenha sido compradora do Plano Estratégico, recorrendo ao exterior para adquirir o trabalho. Em termos financeiros, é nestes aspetos que a Universidade deve ter maior preocupação.

\_\_\_\_\_Doutor Mário Gata: Considera que o Plano Estratégico está muito bem feito, apesar de apresentar alguns erros já mencionados nas intervenções anteriores, tendo dado como exemplo o facto de apontar para a necessidade de fomentar as áreas estratégicas, sem explicitar quais. Em relação aos exemplos apresentados de outras universidades, considera que nada têm a ver com a realidade da Universidade dos Açores. Salienta ainda que, além da não estanquicidade entre departamentos, deveria haver mais iniciativas de colaboração entre a Universidade e as empresas da Região. No que diz respeito ao *moodle* e ao ensino à distância, é de opinião de que não devem ser os docentes a ter este trabalho, mas sim uma unidade que recolhesse manuscritos, fizesse filmagens, etc.

\_\_\_\_\_Em resposta aos pedidos de esclarecimento solicitados, o Magnífico Reitor explicou que o programa de ação do seu projeto de candidatura foi feito no sentido de uma Universidade do século vinte e um e que o que se pretende com este Plano é algo que modifique o funcionamento da Universidade. Em relação às falhas apontadas, esclareceu que: i) a lista dos cursos foi feita com base nas informações dadas pelos Serviços Académicos relativamente ao ano letivo de dois mil e dez e dois mil e onze; ii) os Centros de investigação estão referidos no Plano, quando se descrevem os centros; iii) em relação à estanquicidade, cada curso é considerado apenas de um departamento, apesar de alguns serem interdepartamentais; iv) em cada projeto apresentado é indicado o seu impacto para o financiamento da Universidade dos Açores; v) em relação à situação económica, a Universidade deverá garantir o seu próprio financiamento, deixando de depender exclusivamente do orçamento de estado; vi) na página dez está indicado o número de estudantes por departamento; vii) em relação à empregabilidade, o que se pretende é tomar uma posição, no sentido de acompanhar e melhorar esta ação; viii) quanto aos recursos, em todas as fichas estão apresentadas indicações sobre grupos de trabalho, pretendendo-se que o Plano seja executado com os recursos da casa; ix) em relação à Escola de Graduação, não se pretende uma nova unidade orgânica, mas sim uma coordenação, que faça um levantamento do que existe na Universidade, para se poder melhorar e ver o que se pode fazer; x) o Plano foi feito pela Reitoria, que recorreu a uma empresa do exterior, com experiência na área, apenas para dar apoio na elaboração do Plano. Por fim, ao fazer referência ao facto de o Conselho de Avaliação e Estratégica ter considerado este Plano como um projeto muito ambicioso, afirmou que, para uma Universidade do século vinte e um, só pode ser um plano ambicioso.

\_\_\_\_\_De seguida, colocou-se à votação a aprovação do Plano Estratégico de médio prazo da Universidade dos Açores, tendo o mesmo sido aprovado com oito votos a favor, um voto contra e duas abstenções.

\_\_\_\_\_O Doutor Tomaz Dentinho apresentou uma declaração de voto, dizendo que votou contra, não propriamente contra o Plano, mas sim contra o processo que levou à sua elaboração.



\_\_\_\_\_6. Devido ao facto de o estudante Luís Ramos Freitas se encontrar ausente e não poder ouvir os esclarecimentos dados pelo Magnífico Reitor sobre o requerimento constante do Anexo I, o assunto foi adiado para próxima reunião.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Devido ao facto de o doutor Carlos Amaral se ter ausentado da sala, na altura em que iriam passar para o sétimo ponto da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral passou de imediato para o oitavo ponto, dando a palavra aos conselheiros Alfredo Borba e Mário Fortuna.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em relação ao seu pedido de esclarecimento, o doutor Alfredo Borba informou que, apesar de já terem sido esclarecidas algumas questões levantadas no seu requerimento, quando se reuniram com o Magnífico Reitor no departamento, gostaria de saber se os pagamentos já foram efetuados, se a dívida da Caixa Geral de Aposentações é respeitante à parte da Universidade ou à dos funcionários, e finalmente, qual a situação dos arranjos exteriores do *campus* de Angra do Heroísmo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em relação à circular enviada pelo Vice-Reitor, o doutor Mário Fortuna informou que o assunto também já fora abordado na reunião que tiveram no departamento com o Magnífico Reitor, e esclareceu que não existe nenhuma despesa solicitada que não seja autorizada pelo diretor da unidade orgânica, daí ter estranhado a mensagem, pois uma coisa é sensibilizar a Universidade para a situação, outra é 'proibir' a execução de despesas que são autorizadas pelas unidades orgânicas. Em relação aos relatórios de execução de novembro de dois mil e onze, acrescentou que a contabilização deverá ser feita de forma diferente. Por fim, perguntou se iriam descativar a verba que se encontra cativa.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Magnífico Reitor esclareceu que a mensagem foi enviada pelo Vice-Reitor quando perceberam que poderiam chegar ao fim do ano com um défice enorme, caso continuassem a efetuar despesas sem controlo, e que a mesma tinha por finalidade alertar toda a instituição para se inteirarem da realidade financeira da Universidade. Em relação à verba 'cativa', embora ainda não possa avançar com a informação oficialmente, crê que a mesma irá ser descativada.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Dr. Roberto Amaral pediu um esclarecimento sobre o documento de execução orçamental, chamando a atenção para o facto de, em relação ao défice apresentado, parte desta despesa já estar cabimentada, significando com isto que, no primeiro trimestre, a Universidade irá ter sérias dificuldades para pagar as faturas em dívida, tendo proposto que o mapa de execução orçamental aprovado pelo Conselho Geral seja atualizado mensalmente ou trimestralmente.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Vice-Reitor esclareceu que o problema existente é um problema de tesouraria, ou seja, de falta de entrada de receita, e que a Reitoria e a Administração têm feito um grande esforço no sentido de se resolver a situação. Respondendo ao doutor Alfredo Borba, acerca dos arranjos exteriores, informou que a obra ainda não está paga por falta de tesouraria.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em resposta às outras questões levantadas, o senhor Administrador informou que o *factoring* ainda não está pago, tendo sido pedida renovação do contrato. Em relação à Caixa Geral de Aposentações, esclareceu que a Universidade começou a entrar em incumprimento a partir de junho, altura em que se processaram os subsídios de



férias. Em julho, para tentarem assegurar o que é retido nos vencimentos, foi solicitada à CGA que a Guia de pagamento fosse repartida, a título excepcional, para terem capacidade de entrar com a parte dos funcionários, pois não havia condições para se pagar a parte correspondente à Universidade. No entanto, a proposta foi recusada por falta de legalidade. Por fim acrescentou que, havendo descativação da verba, durante o mês de dezembro conseguem resolver esta situação na totalidade, bem como efetuar o pagamento dos vencimentos, ficando a faltar verba para pagar os fornecedores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Após os esclarecimentos prestados, o doutor Mário Fortuna voltou a intervir, dizendo que, tendo um orçamento aprovado, os departamentos deveriam ter liberdade para executar o seu próprio orçamento, sugerindo que se fizesse um relatório trimestral, para ver se existe receita para se executar a despesa. Em relação aos orçamentos das unidades orgânicas, informou que não percebe o porquê de um aumento na imputação da verba para os serviços centrais, caso se venha a verificar descativação da verba, ao que o Vice-Reitor respondeu que tal se deve ao aumento do IVA e de algumas despesas de funcionamento, como por exemplo a eletricidade, em parte derivadas de questões de comportamentos que levam a consumirem mais do que seria desejável. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 7. No seguimento das questões levantadas no requerimento constante do Anexo II, apresentado pelo conselheiro Carlos Amaral, e esclarecidas pelo Magnífico Reitor aquando da discussão do oitavo ponto da ordem de trabalhos, o doutor Carlos Amaral acrescentou que a falta de pagamento a fornecedores pode comprometer futuros projetos de investigação e atividades de ensino, bem como a contratação de colaboradores externos. Acrescentou ainda que esperava, por parte da Reitoria, outro tipo de informação, mais detalhada e substancial, contando que esta informação seja entregue em próxima reunião. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ainda em relação ao memorando acerca da situação financeira da Universidade dos Açores, o Presidente do Conselho Geral chamou a atenção para o facto de, só no decorrer da reunião e alertado pelo Magnífico Reitor, se ter apercebido que o número oito correspondia a uma intenção de ver aprovado pelo Conselho Geral um financiamento da ordem de um milhão de euros junto de uma instituição bancária, como forma de tentar solucionar os problemas financeiros da Universidade dos Açores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sobre o assunto, o Dr. Roberto Amaral referiu que esta proposta não estava prevista na ordem de trabalhos e que um pedido desta natureza tem de ser bem fundamentado e quantificado, devendo indicar um plano de redução da dívida, pois terão igualmente que ser tomadas medidas necessárias para reduzir as despesas para fazer face a estes encargos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O doutor Mário Fortuna subscreveu as palavras do Dr. Roberto Amaral, salientando que o valor aqui proposto não é suficiente, tendo afirmado que a Administração deve fazer as contas, apresentando uma proposta bem fundamentada, pois, pela primeira vez, a instituição está a endividar-se para repor o défice apresentado. Dada a natureza do caso, propôs que se fizesse uma reunião extraordinária para decidir sobre o assunto. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_ Havendo consenso de todos os conselheiros, ficou agendada uma reunião extraordinária para o dia doze de janeiro, que será realizada por videoconferência para os conselheiros do polo de Angra do Heroísmo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 9. Apesar da existência de um despacho ministerial que estabelece os termos em que serão remunerados os conselheiros externos dos Conselhos Gerais, o Presidente do Conselho Geral informou que os quatro conselheiros externos do Conselho Geral da Universidade dos Açores entenderam abdicar da referida remuneração, o que mereceu, por parte dos restantes conselheiros, um voto de louvor pela atitude tomada. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 10. O Presidente do Conselho Geral deu conhecimento aos presentes da sua participação no Seminário “Associação de instituições de ensino superior em Portugal: políticas e práticas”, promovido pelo Conselho Nacional de Educação no dia 28 de novembro de 2011, no qual foram debatidos os seguintes temas: i) A rede pública de ensino superior e a criação de massa crítica; ii) Consórcios no ensino superior: iniciativas em curso; iii) Internacionalização e formação de consórcios. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 11. Antes de dar por encerrada a reunião, o Presidente do Conselho Geral chamou a atenção para a necessidade de se agendarem as reuniões ordinárias para dois mil e doze, tendo ficado estabelecido que a primeira reunião ficaria para o dia vinte de abril, para discussão e votação do Relatório e Contas anuais, prevendo-se que as restantes tenham lugar em julho, para discussão e votação dos pressupostos orçamentais, e em agosto, para a análise do Plano de Atividades da Universidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, às dezoito horas e dez minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada nos termos da Lei. \_\_\_\_\_

O Presidente do Conselho Geral: